



Prefeitura de Senador Canedo

REVISÃO DE VÉSPERA

• 2026 •



Prefeitura de Senador
Canedo
COM VOCÊ, MELHOR A CADA DIA

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

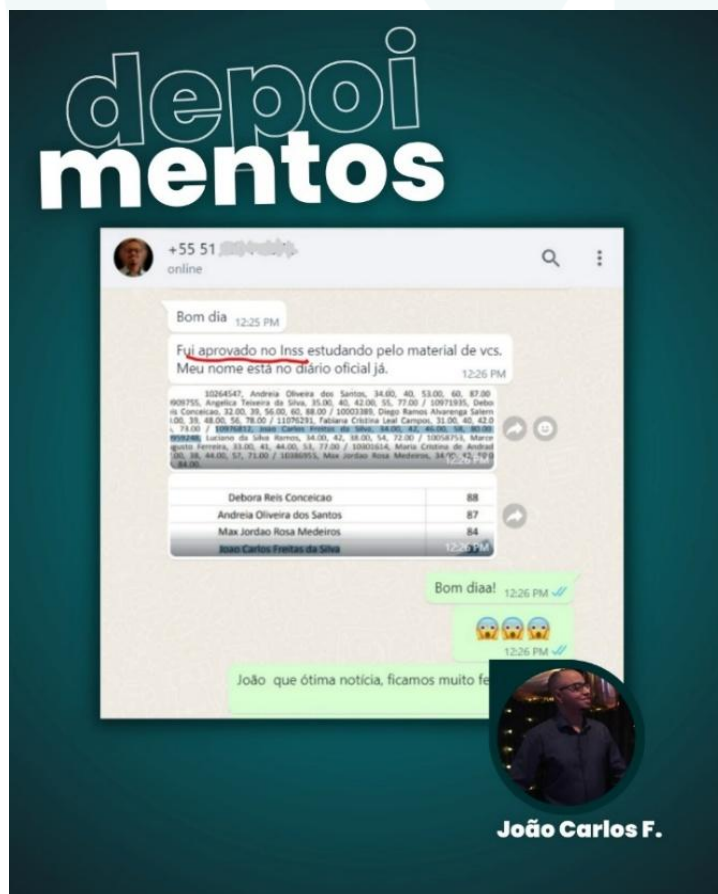
Seja muito bem-vindo!

Olá, futuro aprovado no concurso da **Prefeitura de Senador Canedo!**

Você acaba de baixar a **amostra** do **Revisão de Véspera** para o concurso do **Prefeitura de Senador Canedo**.

O Revisão de Véspera é um material que contempla os principais pontos para que você possa realizar uma revisão assertiva na véspera desse grande dia. No material completo, você terá acesso à revisão de véspera para o cargo de **Analista Administrativo**, você terá acesso a todas as disciplinas da sua prova.

Mas antes veja só o depoimento de um dos nossos alunos que foi aprovado recentemente no tão disputado concurso do INSS:



[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte: suporte@cadernomapeado.com.br e [WhatsApp](#).

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

Bons Estudos!

Rumo à aprovação!!



LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e Interpretação de Textos

A interpretação de textos é uma das habilidades mais exigidas em provas de concursos públicos. Mais do que compreender palavras isoladas, o candidato deve ser capaz de identificar **sentidos implícitos, relações semânticas, intenções comunicativas e recursos expressivos presentes no texto**.

De modo geral, a interpretação textual envolve a capacidade de compreender **o que o texto diz explicitamente e o que ele sugere implicitamente**, analisando elementos linguísticos, contextuais e discursivos. Conforme a tradição da gramática e da linguística textual, a construção do sentido depende da interação entre **autor, texto e leitor**.

Assim, ao analisar um texto, o leitor precisa considerar diversos aspectos, como a **situação comunicativa, as inferências possíveis, a presença de ironia, ambiguidades, intertextualidade e elementos não verbais**, entre outros fatores.

1) Situação comunicativa

Todo texto é produzido dentro de um **contexto de comunicação**. Esse contexto define as condições em que a mensagem é elaborada, transmitida e interpretada. Assim, compreender um texto não significa apenas analisar suas palavras ou frases, mas também identificar **quem fala, para quem fala, com qual objetivo e em qual contexto social ou cultural**.

A esse conjunto de fatores damos o nome de **situação comunicativa**. Ela constitui o cenário em que a comunicação ocorre e influencia diretamente o modo como o texto deve ser interpretado.

Em provas de concursos, muitas questões de interpretação exigem que o candidato reconheça **a intenção comunicativa do texto**, o público a que ele se dirige e o contexto em que foi produzido.

1.1) Elementos da situação comunicativa

A comunicação textual envolve alguns componentes fundamentais, que atuam de forma integrada no processo de produção e interpretação da mensagem.

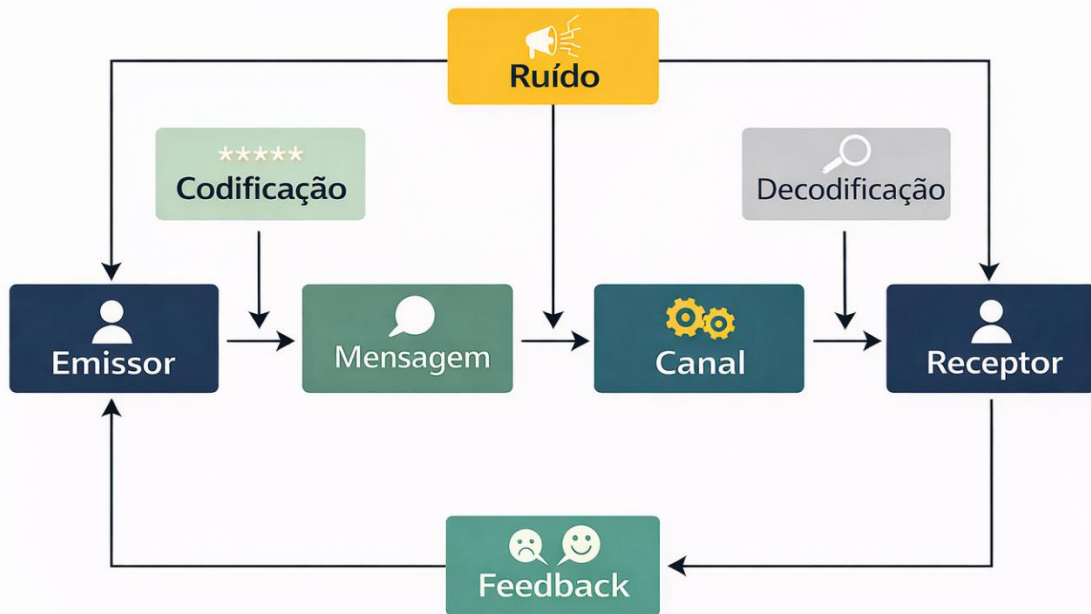
Elemento	Função
Emissor	Quem produz a mensagem (autor, instituição, narrador etc.)
Receptor	Quem recebe ou interpreta a mensagem
Mensagem	Conteúdo que se deseja transmitir

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

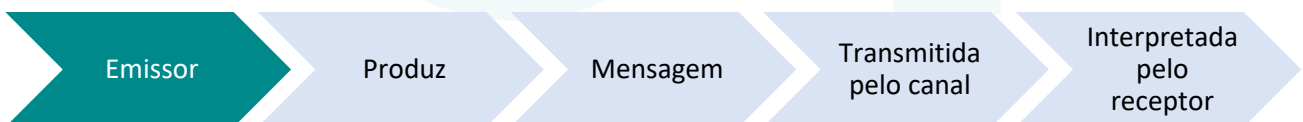
Canal	Meio utilizado para transmitir a mensagem (texto escrito, fala, imagem, mídia digital etc.)
Contexto	Circunstâncias sociais, históricas e culturais em que ocorre a comunicação

Esses elementos formam o **processo comunicativo**, que permite a transmissão de ideias entre indivíduos ou grupos.

O Processo de Comunicação



Nesse processo, a comunicação ocorre da seguinte forma:



Tudo isso acontece dentro de um **contexto comunicativo**, que influencia o significado do texto.

Exemplo: Considere o seguinte enunciado:

“Beba água. Seu corpo agradece.”

Para compreender completamente essa mensagem, é necessário identificar os elementos da situação comunicativa.

Elemento	Identificação no exemplo
Emissor	Campanha de saúde ou órgão público
Receptor	População em geral
Mensagem	Incentivo à hidratação

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Canal	Cartaz, propaganda ou anúncio
Contexto	Campanha de conscientização sobre saúde

Percebe-se que o texto possui **finalidade persuasiva**, ou seja, busca convencer o leitor a adotar determinado comportamento.

1.2) Importância da situação comunicativa na interpretação

Reconhecer a situação comunicativa permite compreender melhor:

- a **intenção do autor**;
- o **público-alvo do texto**;
- o **propósito comunicativo**;
- o **sentido global da mensagem**.

Por exemplo, a mesma frase pode assumir sentidos diferentes dependendo do contexto.

 **Exemplo:** Frase:

"Silêncio, por favor."

Possíveis contextos:

Contexto	Interpretação
Biblioteca	pedido de respeito ao ambiente de estudo
Hospital	necessidade de manter tranquilidade
Sala de aula	solicitação do professor aos alunos

Observe que **a frase é a mesma**, mas o significado prático muda conforme a situação comunicativa.

 **Comentário:**

Em provas de interpretação de textos, é comum que as questões explorem a situação comunicativa para avaliar se o candidato consegue identificar:

- quem é o emissor do texto;
- quem é o destinatário da mensagem;
- qual é a finalidade do texto (informar, persuadir, narrar, instruir etc.);
- em que contexto o texto foi produzido.

Por isso, ao iniciar a leitura de qualquer texto, procure sempre responder mentalmente às seguintes perguntas:

→ **Quem fala?**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

- Para quem fala?
- Com qual objetivo?
- Em qual contexto?

Essas respostas ajudam a construir uma interpretação mais precisa e segura do texto.

2) Pressuposição

A **pressuposição** é um fenômeno semântico que ocorre quando um enunciado contém **informações implícitas que são consideradas verdadeiras para que a frase faça sentido**. Em outras palavras, trata-se de uma informação que **não é afirmada diretamente**, mas que é **necessária para que o enunciado seja compreendido corretamente**.

No processo de interpretação textual, identificar pressuposições é fundamental, pois muitas questões de prova exigem que o candidato perceba **informações subentendidas no texto**, mesmo quando elas não aparecem explicitamente.

De modo geral, podemos afirmar que a pressuposição representa aquilo que o autor **assume como já conhecido ou verdadeiro** no momento da comunicação.

 **Exemplo:** Observe o enunciado:

“João parou de fumar.”

Para que essa frase tenha sentido, é necessário admitir uma informação implícita:

Pressuposição:

João **fumava anteriormente**.

Se João nunca tivesse fumado, a frase “parou de fumar” não faria sentido.

Portanto, a informação implícita é considerada verdadeira dentro da estrutura do enunciado.

2.1) Diferença entre informação explícita e pressuposta

Tipo de informação	Característica	Exemplo
Explícita	Está diretamente escrita no texto	João parou de fumar
Pressuposta	Está implícita, mas é necessária para compreender o enunciado	João fumava antes

Perceba que o leitor precisa identificar **o que está nas entrelinhas do texto**, o que constitui uma habilidade essencial na interpretação textual.

2.2) Palavras que costumam gerar pressuposição

Algumas palavras e expressões da língua portuguesa frequentemente introduzem pressuposições. Elas indicam que determinada ação **já ocorreu antes, continua ocorrendo ou existia previamente**.

Palavra/expressão	Pressuposição gerada	Exemplo
Voltar	Algo aconteceu antes	"Ele voltou a estudar."
Parar	Havia uma ação anterior	"Ela parou de trabalhar."
Continuar	A ação já existia	"Ele continua estudando."
Ainda	A situação permanece	"Ela ainda mora aqui."
Novamente	Ocorreu anteriormente	"Ele errou novamente."
Deixar de	A ação era realizada antes	"Ele deixou de viajar."

 **Exemplo 1:** Frase:

"Carlos voltou a treinar."

Pressuposição:

Carlos **já treinava anteriormente**.

Comentário:

A palavra "**voltou**" indica que a atividade de treinar já havia acontecido antes.

 **Exemplo 2:**

Frase:

"Ana continua trabalhando na empresa."

Pressuposição:

Ana **já trabalhava na empresa anteriormente**.

Comentário:

O verbo "**continuar**" indica permanência de uma situação que já existia.

Exemplo 3:

Frase:

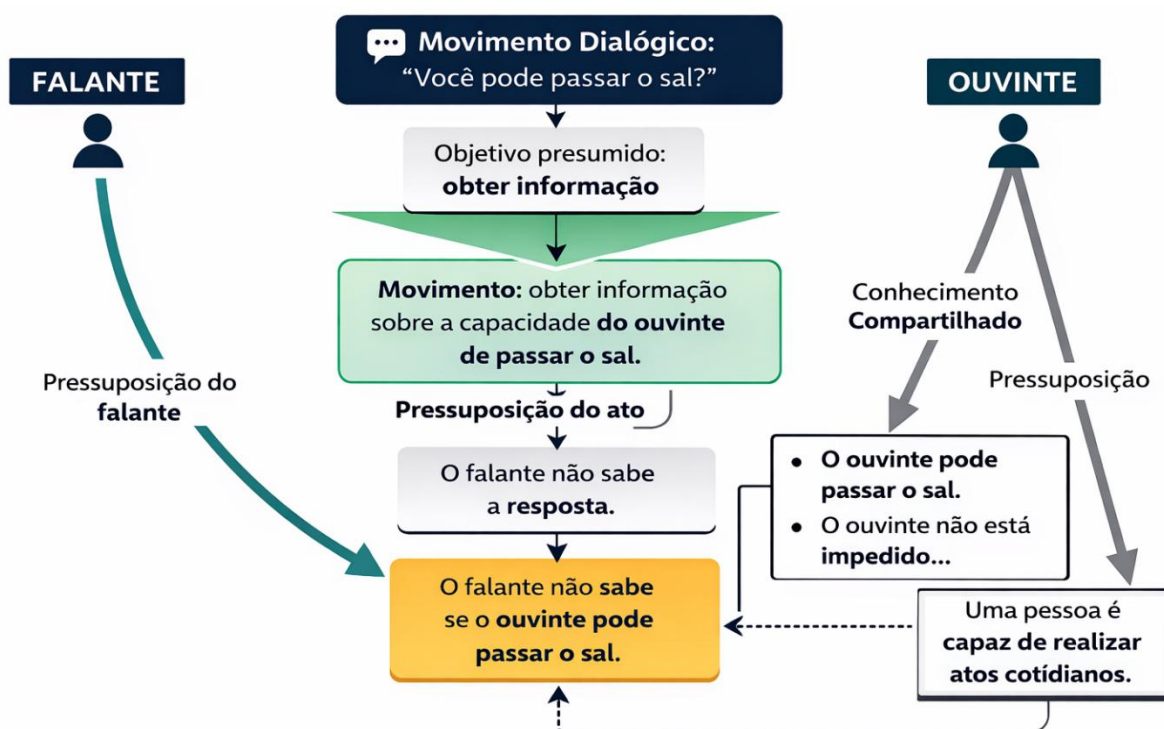
“Maria ainda mora nesta cidade.”

Pressuposição:

Maria **morava nessa cidade antes e permanece morando.**

Comentário:

O advérbio **“ainda”** indica continuidade temporal.



Processo de identificação:



2.3) Pressuposição em textos

Em textos mais longos, as pressuposições aparecem de forma mais complexa e exigem atenção do leitor.

Exemplo:

“O governo voltou a discutir reformas administrativas.”

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Pressuposição:

O governo **já discutiu reformas administrativas anteriormente**.

Nesse caso, a palavra “**voltou**” indica repetição de uma ação.

2.4) Pressuposição em provas de concursos

Nas provas de interpretação textual, as bancas costumam explorar a pressuposição de duas formas principais:

1. Pedindo que o candidato **identifique informações implícitas no texto**;
2. Verificando se o candidato percebe **o sentido gerado por determinadas palavras**.

 **Exemplo:** Texto:

“Pedro deixou de frequentar as aulas.”

Pergunta possível: O texto permite inferir que Pedro:

- a) nunca frequentou as aulas
- b) passou a frequentar as aulas
- c) frequentava as aulas anteriormente
- d) começou a estudar agora

Resposta correta: **c) frequentava as aulas anteriormente**

 **Comentário:**

Ao analisar um texto em provas de concurso, é importante observar atentamente **palavras que indicam continuidade, repetição ou interrupção de ações**, pois elas frequentemente introduzem pressuposições.

Sempre que encontrar termos como:

- Ainda
- Continuar
- Voltar
- Novamente
- Parar

Pergunte-se: “**Qual informação precisa ser verdadeira para que essa frase faça sentido?**”

Essa reflexão ajuda a identificar **informações implícitas**, o que aumenta significativamente a precisão na interpretação textual.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

3) Inferência

A **inferência** é um processo interpretativo fundamental na leitura e na compreensão de textos. Ela ocorre quando o leitor **deduz informações que não estão explicitamente escritas**, mas que podem ser concluídas a partir das pistas presentes no texto, do contexto e de conhecimentos prévios.

Em outras palavras, inferir significa **ler além do que está dito literalmente**, identificando sentidos implícitos ou consequências lógicas das informações apresentadas.

A interpretação textual exige constantemente esse tipo de raciocínio, pois muitos textos não apresentam todas as informações de forma direta. O leitor precisa estabelecer conexões entre os elementos do texto para compreender plenamente a mensagem.

3.1) Como ocorre a inferência

A inferência resulta da interação entre três elementos principais:

- As **informações explícitas no texto**;
- O **contexto em que o texto foi produzido**;
- Os **conhecimentos prévios do leitor**.

Quando esses elementos se combinam, o leitor consegue deduzir informações implícitas.

Fazendo INFERÊNCIAS



Quando você **faz uma inferência...**
você **VAI ALÉM** das palavras do autor
para entender o que **NÃO** está dito
no texto!



O processo pode ser representado da seguinte forma:



Exemplo: Considere o seguinte enunciado:

“Pedro pegou o guarda-chuva antes de sair.”

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

O texto não afirma explicitamente o motivo dessa ação. Entretanto, o leitor pode deduzir algumas possibilidades.

Inferências possíveis

- Está chovendo.
- Pode chover em breve.
- O tempo está nublado.

Essas conclusões são construídas pelo leitor a partir de **conhecimento de mundo**, pois sabemos que o guarda-chuva é utilizado geralmente para proteção contra chuva.

3.2) Inferência em diferentes contextos

A inferência pode ocorrer em diversos tipos de textos, como narrativos, informativos, publicitários e jornalísticos.

 **Exemplo 1:** Texto:

“A sala ficou em silêncio quando o diretor entrou.”

Inferência possível:

Os alunos **respeitam ou temem o diretor**.

O texto não afirma isso diretamente, mas o comportamento descrito permite essa dedução.

 **Exemplo 2:** Texto:

“Quando João abriu a porta, encontrou o chão molhado.”

Inferência possível:

- Choveu.
- Alguém derramou água.
- Houve algum tipo de vazamento.

O leitor interpreta as possibilidades a partir do contexto.

3.3) Tipos de inferência

No processo de interpretação textual, podemos identificar diferentes formas de inferência.

Tipo de inferência	Característica
Inferência lógica	Baseada em relações de causa e consequência

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Inferência contextual	Depende do contexto do texto
Inferência pragmática	Depende do conhecimento de mundo do leitor

3.4) Inferência e interpretação de textos

Em provas de concursos públicos, muitas questões exigem que o candidato realize inferências para chegar à resposta correta. As bancas costumam utilizar comandos como:

- “**Inferre-se do texto que...**”
- “**Pode-se concluir que...**”
- “**De acordo com o texto, é possível deduzir que...**”
- “**Subentende-se que...**”

Essas expressões indicam claramente que a questão exige **interpretação inferencial**.

 **Exemplo:** Texto:

“Ao sair de casa, Maria percebeu que as ruas estavam completamente molhadas.”

Pergunta: Pode-se inferir que:

- a) Maria lavou a rua.
- b) As ruas foram asfaltadas.
- c) Choveu recentemente.
- d) As ruas estão interditadas.

Resposta correta: **c) Choveu recentemente.**

 **Comentário:**

A presença de ruas molhadas permite inferir que ocorreu chuva, mesmo que o texto não declare isso explicitamente.

3.5) Diferença entre inferência e pressuposição

Esses dois conceitos aparecem frequentemente em provas e podem causar confusão.

Conceito	Característica
----------	----------------

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Pressuposição	Informação implícita que precisa ser verdadeira para o enunciado fazer sentido
Inferência	Conclusão que o leitor deduz a partir das pistas do texto

Exemplo: Frase:

“Carlos voltou a estudar.”

Pressuposição: Carlos **já estudava antes**.

Inferência possível: Carlos **pretende melhorar sua formação**.

Comentário:

Desenvolver a habilidade de inferência é essencial para resolver questões de interpretação textual. Para isso, é importante:

- Prestar atenção nas **pistas presentes no texto**;
- Considerar o **contexto da mensagem**;
- Utilizar **conhecimentos de mundo**;
- Evitar conclusões que **não possam ser justificadas pelo texto**.

Ao ler um texto, procure sempre perguntar:

- **O que o texto afirma diretamente?**
- **O que pode ser deduzido a partir dessas informações?**

Esse exercício ajuda a aprimorar a leitura crítica e a interpretação de textos — competências indispensáveis para o sucesso em provas de concursos. 📖

4) Ambiguidade



Extraído de *tumblr.com/

A **ambiguidade** ocorre quando uma expressão linguística permite **mais de uma interpretação possível**. Em outras palavras, trata-se de uma situação em que o leitor ou o ouvinte pode compreender uma mesma frase de maneiras diferentes.

Esse fenômeno pode surgir por diversos fatores, como a **estrutura da frase**, a **posição das palavras**, a **pontuação** ou a **presença de termos com múltiplos significados**. Em textos literários, a ambiguidade pode ser utilizada como recurso estilístico para produzir efeitos expressivos. Entretanto, em textos informativos, técnicos ou administrativos, ela deve ser **evitada**, pois compromete a clareza da comunicação.

 **Exemplo:** Considere a frase:

“Vi o homem com o telescópio.”

Essa frase pode gerar duas interpretações distintas:

1. **O observador utilizou o telescópio para ver o homem.**
2. **O homem observado estava segurando um telescópio.**

Percebe-se que a ambiguidade ocorre porque o complemento **“com o telescópio”** pode se relacionar tanto com o verbo **ver** quanto com o substantivo **homem**.

4.1) Tipos de ambiguidade

A ambiguidade pode ser classificada principalmente em dois tipos: **estrutural** e **lexical**.

Tipo de ambiguidade	Características	Exemplo
Ambiguidade estrutural	Surge da organização sintática da frase. A estrutura permite mais de uma leitura.	“Encontrei o professor do João na escola.”
Ambiguidade lexical	Ocorre quando uma palavra possui mais de um significado.	“Ele está no banco.” (instituição financeira ou assento)

4.2) Ambiguidade na comunicação escrita

Em textos formais — como relatórios, documentos oficiais, redações administrativas e provas de concursos — a ambiguidade é considerada um **problema de clareza textual**. Por esse motivo, recomenda-se:

- Utilizar frases bem estruturadas;
- Evitar construções sintáticas confusas;
- Posicionar corretamente os complementos;

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

- Usar pontuação adequada;
- Preferir termos com significado mais específico.

4.3) Reescrevendo a frase para eliminar a ambiguidade

Frase ambígua	Reescrita clara
Vi o homem com o telescópio.	Usei o telescópio para observar o homem.
Vi o homem com o telescópio.	Vi o homem que carregava um telescópio.



Tome nota!

Em provas de **interpretação de textos**, as bancas costumam explorar a ambiguidade para verificar se o candidato consegue:

- Identificar **Duplo Sentido** Em Frases;
- Perceber **Problemas De Clareza** Na Comunicação;
- Sugerir **Reescritas Mais Precisas**.

Por isso, sempre que encontrar uma frase aparentemente confusa, pergunte-se:

Há mais de uma forma possível de interpretar essa frase?

Se a resposta for sim, provavelmente há **ambiguidade** na construção textual.

5) Ironia



Extraído de *tumblr.com/

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A **ironia** é um recurso de linguagem em que o autor ou o falante **expressa uma ideia utilizando palavras que indicam aparentemente o contrário daquilo que realmente pretende comunicar**. Em outras palavras, o sentido literal da frase não corresponde ao seu sentido real.

Esse fenômeno depende fortemente do **contexto comunicativo**, pois somente por meio da situação, da intenção do emissor ou de elementos implícitos é que o leitor consegue perceber o verdadeiro significado da mensagem.

A ironia é amplamente utilizada em **crônicas, textos humorísticos, charges, memes, comentários críticos e textos literários**, funcionando muitas vezes como instrumento de crítica social, humor ou reflexão.

5.1) Funcionamento da ironia na comunicação

Para compreender a ironia, o leitor precisa perceber que existe uma **contradição entre o que é dito e o que realmente se quer dizer**. Essa diferença entre o **sentido literal** e o **sentido pretendido** é o que gera o efeito irônico.

Observe o exemplo a seguir:

Durante uma chuva forte, alguém afirma:

“Que dia lindo para um passeio!”

Nesse caso, a frase parece elogiar o clima. Contudo, o contexto indica o contrário: a pessoa está criticando ou lamentando o mau tempo.

Elemento	Função
Sentido literal	Aquilo que a frase parece afirmar diretamente
Contexto	Situação que permite perceber a contradição
Sentido real	A intenção verdadeira do emissor

A ironia surge exatamente da **diferença entre o sentido literal e o sentido real**.

 **Exemplo:**

Situação	Frase dita	Sentido real
----------	------------	--------------

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Aluno tira nota muito baixa	"Parabéns, você foi brilhante na prova!"	Crítica ao desempenho
Pessoa chega muito atrasada	"Nossa, como você é pontual!"	Reclamação do atraso
Alguém faz grande bagunça	"Que organização exemplar!"	Crítica à desordem

Percebe-se que, em todos os casos, a frase apresenta **um elogio aparente**, mas o contexto revela uma **crítica ou reprovação**.

5.2) Ironia x sarcasmo

Embora muitas vezes sejam confundidos, ironia e sarcasmo apresentam diferenças importantes.

Ironia	Sarcasmo
Mais sutil	Mais direto e agressivo
Pode ter humor ou crítica leve	Geralmente tem intenção de ridicularizar
Depende bastante do contexto	A crítica costuma ser explícita

Assim, todo sarcasmo possui ironia, mas **nem toda ironia é sarcástica**.

5.3) Ironia em provas de interpretação de texto

Em avaliações de Língua Portuguesa, especialmente em concursos públicos, a ironia costuma aparecer em textos como **crônicas, charges, tirinhas e textos opinativos**. As questões normalmente exigem que o candidato identifique:

- O **contraste entre o sentido literal e o sentido pretendido**;
- A **intenção crítica ou humorística do autor**;
- O **efeito de sentido produzido pelo recurso irônico**.



Tome nota!

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Sempre que uma frase parecer **elogiosa em um contexto negativo**, ou **exageradamente positiva diante de uma situação ruim**, há grande possibilidade de que o autor esteja utilizando **ironia** para produzir efeito de humor ou crítica.

Comentário:

A ironia é um importante recurso discursivo porque exige do leitor uma **interpretação ativa**. Para compreendê-la corretamente, é necessário considerar não apenas as palavras utilizadas, mas também o **contexto, a intenção do autor e os elementos implícitos da comunicação**. Essa habilidade é fundamental para o desenvolvimento da **leitura crítica e interpretativa**, frequentemente cobrada em provas de concursos públicos.

6) Figurativização



Extraído de *tumblr.com/

A **figurativização** corresponde ao processo pelo qual a linguagem deixa de apresentar apenas um **sentido literal** e passa a expressar **sentidos figurados**, produzindo maior expressividade, intensidade ou impacto na comunicação.

Esse fenômeno ocorre principalmente por meio do uso das chamadas **figuras de linguagem**, que são recursos estilísticos responsáveis por ampliar o significado das palavras, criar imagens mentais no leitor e tornar o texto mais rico e expressivo.

A figurativização é bastante comum em **textos literários, poemas, músicas, crônicas, propagandas e discursos**, mas também pode aparecer em textos jornalísticos e até em textos argumentativos, quando o autor deseja reforçar uma ideia ou provocar determinado efeito de sentido.

6.1) Linguagem literal x linguagem figurada

Para compreender melhor a figurativização, é importante distinguir dois tipos de linguagem.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Tipo de linguagem	Característica	Exemplo
Linguagem literal (denotativa)	As palavras são utilizadas em seu sentido comum e objetivo	"Ele está com fome."
Linguagem figurada (conotativa)	As palavras são utilizadas em sentido ampliado ou simbólico	"Ele está morrendo de fome."

Na linguagem figurada, o objetivo não é descrever a realidade de forma estritamente objetiva, mas **produzir um efeito expressivo ou simbólico**.

6.2) Principais figuras de linguagem relacionadas à figurativização

Diversas figuras de linguagem participam do processo de figurativização. Entre as mais recorrentes em provas de concursos públicos destacam-se as seguintes:

Figura de linguagem	Característica	Exemplo
Metáfora	Comparação implícita entre elementos	"Ela é uma estrela."
Metonímia	Substituição de um termo por outro com relação de proximidade	"Li Machado de Assis."
Hipérbole	Exagero intencional para intensificar uma ideia	"Estou morrendo de fome."
Personificação (prosopopeia)	Atribuição de características humanas a seres inanimados	"O vento sussurrava entre as árvores."

Esses recursos ajudam a construir **imagens mentais**, intensificar emoções e enriquecer a comunicação.

Etapa	Descrição
Palavra ou expressão literal	Apresenta significado direto

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Uso figurado	A palavra passa a representar outra ideia
Efeito de sentido	Surge maior expressividade, emoção ou intensidade

Por exemplo:

“Ela é uma estrela.”

Nesse caso, não se afirma literalmente que a pessoa é um astro do céu. A expressão utiliza **metáfora** para indicar que a pessoa é **muito admirada ou talentosa**.

 **Exemplo:**



Contexto	Exemplo	Interpretação
Literatura	“O tempo voa.”	O tempo passa rapidamente
Conversa cotidiana	“Estou afogado em trabalho.”	Há muito trabalho acumulado
Publicidade	“O sabor que abraça você.”	O produto é agradável e acolhedor

Percebe-se que a figurativização contribui para tornar a comunicação **mais expressiva, criativa e envolvente**.

6.3) Figurativização em provas de interpretação de texto

Nos concursos públicos, a figurativização costuma aparecer em questões que exigem que o candidato:

- Identifique **figuras de linguagem** presentes no texto;
- Reconheça **sentidos figurados das palavras**;
- Interprete **efeitos de sentido produzidos pelo autor**.

Por esse motivo, é fundamental observar se determinada expressão está sendo utilizada **literalmente ou figuradamente**, analisando sempre o **contexto em que aparece**.

 **Comentário:**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A figurativização desempenha papel essencial na construção do significado textual, pois amplia as possibilidades de interpretação e permite ao autor transmitir ideias de maneira mais rica e expressiva. O domínio desse recurso contribui significativamente para o desenvolvimento da **competência interpretativa**, habilidade frequentemente exigida em provas de Língua Portuguesa em concursos públicos.

7) Polissemia

POLISSEMIA	HOMÔNIMOS
Polissemia é a coexistência de vários significados possíveis para uma palavra ou expressão	Homônimos são palavras diferentes e sem relação que possuem a mesma origem ou pronúncia
Significados distintos, porém relacionados	Significados completamente distintos
Possuem origem etimológica em comum	Possuem origens etimológicas diferentes
Palavras polissêmicas são listadas em uma única entrada nos dicionários	Homônimos são listados separadamente nos dicionários
Palavras polissêmicas são listadas em uma única entrada nos dicionários	Homônimos são listados separadamente nos dicionários
Palavras polissêmicas podem ser compreendidas se entendermos um dos significados	O significado dos homônimos não pode ser deduzido, pois as palavras possuem significados distintos e sem relação

A **polissemia** é um fenômeno semântico que ocorre **quando uma mesma palavra apresenta vários significados relacionados entre si**, os quais são definidos de acordo com o **contexto em que a palavra é utilizada**.

Na língua portuguesa — assim como em diversas outras línguas — é comum que uma palavra adquira novos sentidos ao longo do tempo, ampliando suas possibilidades de uso. Esses sentidos diferentes permanecem ligados por alguma relação de significado, razão pela qual recebem o nome de **polissemia** (do grego *poly* = muitos; *sema* = significado).

Assim, a polissemia não indica confusão linguística, mas sim **riqueza semântica da língua**, permitindo que uma única palavra seja empregada em diferentes situações comunicativas.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

7.1) Funcionamento da polissemia

O significado exato de uma palavra polissêmica depende sempre do **contexto discursivo**. Isso significa que o leitor ou ouvinte precisa observar a frase completa e a situação comunicativa para identificar o sentido adequado.

🔍 **Exemplo:** Considere a palavra “**cabeça**”.

Contexto	Significado
“Ele bateu a cabeça na porta.”	Parte do corpo humano
“Ela é a cabeça da equipe.”	Líder ou responsável
“Ele tem boa cabeça para negócios.”	Inteligência ou capacidade de raciocínio

Percebe-se que a palavra permanece a mesma, mas o **sentido se modifica conforme o contexto**.

Elemento	Função
Palavra polissêmica	Possui múltiplos sentidos possíveis
Contexto da frase	Define qual significado será ativado
Interpretação do leitor	Determina o sentido correto

Em provas de interpretação de texto, o candidato deve sempre **observar o contexto em que a palavra aparece**, pois é esse contexto que determina o significado adequado.

7.2) Polissemia x homonímia

É comum que candidatos confundam **polissemia** com **homonímia**, mas os dois fenômenos são diferentes.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Polissemia	Homonímia
Uma palavra com vários significados relacionados	Palavras diferentes com mesma forma
Origem comum	Origem distinta
Ex.: cabeça (parte do corpo / liderança)	Ex.: manga (fruta / parte da camisa)

Na polissemia, existe **relação semântica entre os sentidos**, enquanto na homonímia essa relação não existe.

 **Exemplo:**

Palavra	Sentido 1	Sentido 2
Braço	Parte do corpo	Apoio ou extensão ("braço da empresa")
Raiz	Parte da planta	Origem ("raízes culturais")
Rede	Objeto de descanso	Sistema ("rede de computadores")

Esses exemplos mostram como uma mesma palavra pode assumir **significados variados sem perder a conexão semântica original**.

7.3) Polissemia em interpretação de textos

Em provas de concursos públicos, a polissemia costuma aparecer em questões que exigem que o candidato:

- Identifique **o significado correto de uma palavra no contexto do texto**;
- Perceba **mudanças de sentido de um termo ao longo do texto**;
- Interprete **sentidos figurados ou ampliados de determinadas expressões**.

 **Tome nota!**

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Sempre que encontrar uma palavra com **mais de um significado possível**, analise cuidadosamente o **contexto da frase**. A interpretação correta dependerá das relações estabelecidas entre as palavras e da situação comunicativa apresentada no texto.

🗨️ **Comentário:**

A polissemia demonstra como a língua é dinâmica e flexível. O domínio desse fenômeno semântico contribui para aprimorar a **capacidade interpretativa do leitor**, permitindo compreender diferentes nuances de significado presentes nos textos. Por esse motivo, o estudo da polissemia é fundamental para quem deseja desenvolver habilidades sólidas de leitura e interpretação — especialmente em provas de Língua Portuguesa em concursos públicos.

8) Intertextualidade



Extraído de *tumblr.com/

A **intertextualidade** é o fenômeno linguístico e discursivo que ocorre quando um texto **estabelece diálogo com outro texto previamente existente**, seja de forma explícita ou implícita. Esse diálogo pode ocorrer por meio de citações, referências, alusões ou recriações.

Trata-se de um recurso extremamente comum em diferentes gêneros textuais, como **textos literários, propagandas, charges, músicas, memes e textos jornalísticos**, sendo utilizado para produzir efeitos de sentido, como humor, crítica, reforço de ideias ou aproximação com o leitor.

8.1) Funcionamento da intertextualidade

A intertextualidade pressupõe que o leitor tenha algum **conhecimento prévio** do texto original. Esse reconhecimento é essencial para que ele compreenda plenamente o sentido produzido pelo novo texto.

🔍 **Exemplo:** Frase publicitária:

“Ser ou não ser saudável, eis a questão.”

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Essa construção faz referência à famosa frase da obra *Hamlet*, de William Shakespeare:

“Ser ou não ser, eis a questão.”

Nesse caso, o novo texto **retoma a estrutura do texto original**, mas adapta o conteúdo para um novo contexto (saúde), produzindo um efeito criativo e expressivo.

8.2) Tipos de intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas, conforme o grau de aproximação com o texto original.

Tipo	Característica	Exemplo
Citação	Reprodução explícita de um trecho de outro texto	Uso de aspas para indicar fala de outro autor
Referência (ou alusão)	Menção indireta a outro texto ou ideia	“Esse caso parece um verdadeiro Titanic”
Paródia	Recriação com mudança de sentido, geralmente humorística ou crítica	Adaptação de frases famosas em memes
Paráfrase	Reescrita mantendo o sentido original	Explicação de um texto com outras palavras

a) Como identificar a intertextualidade

Elemento	Função
Texto atual	Texto que está sendo lido
Texto anterior	Texto que serve de base ou referência
Relação entre eles	Pode ser citação, adaptação, crítica ou homenagem
Efeito de sentido	Humor, crítica, reforço de ideia, ironia

 **Exemplo:**

Contexto	Exemplo	Texto de origem
Publicidade	"Nada será como antes."	Música "Como nossos pais"
Meme	Adaptação de frases famosas	Obras literárias, filmes
Jornalismo	Referência a eventos históricos	Discursos ou fatos marcantes

Esses exemplos mostram que a intertextualidade está presente em diversas situações comunicativas, muitas vezes de forma sutil.

8.3) Intertextualidade em provas de concursos

Nas provas de Língua Portuguesa, a intertextualidade costuma ser explorada para avaliar se o candidato consegue:

- Identificar **referências a outros textos**;
- Reconhecer **efeitos de sentido decorrentes dessa relação**;
- Compreender **a intenção do autor ao dialogar com outro texto**.



Tome nota!

Sempre que um trecho parecer **familiar** ou apresentar uma estrutura conhecida, investigue se há **referência a outro texto**. Esse reconhecimento pode ser determinante para a interpretação correta da questão.

 **Comentário:**

A intertextualidade evidencia que nenhum texto existe de forma isolada: todos os textos dialogam com outros, direta ou indiretamente. O domínio desse conceito permite ao leitor desenvolver uma leitura mais crítica e aprofundada, identificando relações, influências e intenções presentes na construção textual — habilidade essencial para o sucesso em provas de interpretação de textos em concursos públicos.

9) Linguagem não verbal



A **linguagem não verbal** é aquela que transmite mensagens **sem o uso de palavras**, utilizando elementos visuais, sonoros ou gestuais para comunicar ideias, informações ou emoções.

Esse tipo de linguagem está presente em diversas situações do cotidiano e desempenha papel fundamental na construção de sentido, especialmente em textos multimodais — aqueles que combinam linguagem verbal e não verbal.

9.1) Principais elementos da linguagem não verbal

A linguagem não verbal pode se manifestar por meio de diferentes recursos, entre os quais se destacam:

Elemento	Função comunicativa
Imagens	Representam ideias, objetos ou situações
Símbolos	Transmitem mensagens convencionais (ex.: placas)
Cores	Expressam emoções ou indicam alertas
Gestos	Comunicadores corporais de intenção ou sentimento

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Gráficos e tabelas


Organizam e apresentam dados visualmente

Esses elementos são capazes de transmitir informações de forma **rápida, direta e universal**, muitas vezes dispensando explicações verbais.

9.2) Onde a linguagem não verbal aparece?

A linguagem não verbal é amplamente utilizada em diversos gêneros textuais e contextos comunicativos, como:

- **Charges e tirinhas** → uso de imagens para humor e crítica;
- **Propagandas** → combinação de imagens, cores e símbolos para persuadir;
- **Placas e sinais** → comunicação rápida e padronizada;
- **Infográficos** → apresentação visual de informações complexas;
- **Comunicação corporal** → expressões faciais e gestos no dia a dia.

 **Exemplo:** Considere uma placa com o símbolo de um cigarro dentro de um círculo vermelho cortado por uma faixa diagonal:

Mesmo sem qualquer palavra escrita, a mensagem é imediatamente compreendida:

“Proibido fumar.”

Isso ocorre porque há um **código visual convencional**, reconhecido socialmente.

9.3) Linguagem verbal x não verbal

Linguagem verbal	Linguagem não verbal
Utiliza palavras (orais ou escritas)	Utiliza imagens, símbolos, gestos
Exige conhecimento linguístico	Pode ser compreendida de forma mais intuitiva
Ex.: textos, discursos	Ex.: sinais, imagens, expressões

Na prática, muitos textos utilizam **as duas simultaneamente**, formando a chamada **linguagem mista (ou multimodal)**.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Etapa	Descrição
Elemento visual	Imagem, símbolo, cor ou gesto
Código cultural	Convenção social que atribui significado
Interpretação	Compreensão da mensagem pelo receptor

9.4) Linguagem não verbal em provas de concursos

Nas provas de Língua Portuguesa, esse conteúdo costuma aparecer em questões que exigem que o candidato:

- Interprete **charges, tirinhas e imagens**;
- Identifique **mensagens implícitas em elementos visuais**;
- Relacione **linguagem verbal e não verbal**;
- Compreenda **efeitos de sentido produzidos por imagens e símbolos**.



Tome nota!

Ao analisar uma imagem, pergunte-se:

- O que está sendo representado?
- Qual é a intenção (crítica, humor, alerta)?
- Há algum símbolo ou cor com significado específico?

Essas perguntas ajudam a identificar o **sentido global da mensagem**.

Comentário:

A linguagem não verbal amplia as possibilidades de comunicação e interpretação, exigindo do leitor uma postura ativa e atenta aos diferentes elementos presentes no texto. O domínio desse conteúdo é essencial para a compreensão de textos contemporâneos, especialmente aqueles que combinam múltiplas formas de linguagem — habilidade cada vez mais cobrada em provas de concursos públicos.

Interpretação textual

Situação comunicativa

Pressuposição

Inferência

Ambiguidade

Ironia

Figurativização

Polissemia

Intertextualidade

Linguagem não verbal

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Todos esses elementos atuam conjuntamente na construção do sentido do texto.

Comentário:

Ao resolver questões de interpretação em concursos públicos, o candidato deve **ler o texto com atenção e evitar interpretações baseadas apenas em opinião pessoal**. A resposta correta deve sempre estar **fundamentada nas informações presentes no texto ou nas relações lógicas que podem ser inferidas a partir dele**.

Além disso, é essencial desenvolver o hábito da leitura e da análise textual, pois a compreensão de textos envolve **gramática, semântica, contexto e raciocínio interpretativo**.



Atos Administrativos

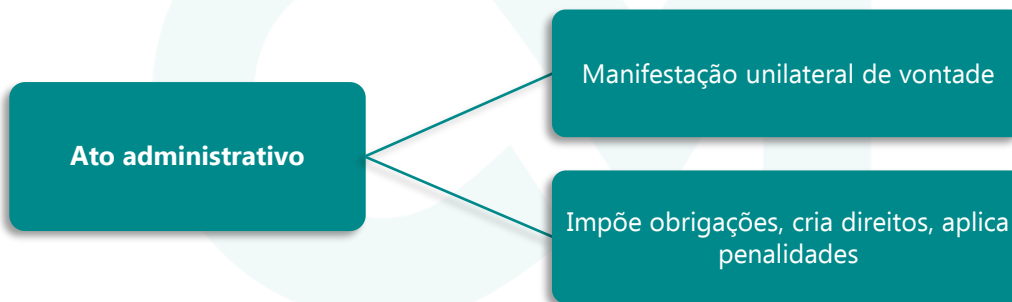
1) Introdução

Iremos iniciar o estudo dos atos administrativos:

Atos administrativos

2) Noções iniciais

Os **atos administrativos** são todas as expressões de vontade da Administração Pública materializadas por meio de decretos, resoluções, portarias, instruções, ordens de serviço, circulares, entre outros documentos. De maneira mais técnica, um ato administrativo é uma **declaração unilateral de vontade** do Estado ou de seu representante, no exercício da função administrativa, subordinada à legislação, com o propósito de atender ao interesse público. Seu **objetivo** é criar, restringir, declarar ou extinguir direitos, estando sujeito ao controle judicial.



Ao empregar essa manifestação unilateral, a Administração Pública utiliza as prerrogativas do direito público, valendo-se de sua superioridade. Nem toda ação realizada pela administração pública configura um ato administrativo; este somente se configura quando a administração atua com suas prerrogativas de direito público.

Os **atos administrativos** são praticados (exarados) pela:

→ **Administração Pública** (direta – função administrativa – e indireta)

→ **Particulares** – atividade administrativa

No sentido de conceituar ato administrativo podemos citar algumas definições dos principais autores, vejamos:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Hely Lopes Meirelles: "Ato administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria."


Celso Antônio Bandeira de Mello: "Declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes – como, por exemplo, um concessionário de serviço público), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgãos jurisdicional."

De maneira geral o **conceito de ato administrativo**, envolve declaração unilateral de vontade; vontade da administração; finalidade de interesse público.

 **Tome Nota!**

Para a doutrina majoritária, o **silêncio** não é propriamente ato administrativo, mas sim fato administrativo, o qual pode gerar consequências jurídicas, como a prescrição e a decadência. E, realmente, não é ato, pois falta, ao silêncio, a declaração de vontade, algo que é essencial ao conceito de ato administrativo. O silêncio é o oposto disso: é **ausência de manifestação**. E não há ato sem a declaração de vontade.

Vamos esquematizar os atos administrativos?

Atos da administração	A administração pratica sem as prerrogativas públicas.  Ex.: compra e venda e locação.
Atos administrativos	É a manifestação de vontade do Estado, com o objetivo de criar, modificar e extinguir direitos, com a finalidade de satisfazer o interesse público.
Ato administrativo abdicativo	É aquele pelo qual, mediante autorização legal, o titular renuncia a um direito. A peculiaridade desse ato é seu caráter incondicional e irretratável.
Formalismo moderado	Meras irregularidades não geram nulidade de atos do processo;
Poder extroverso	É o poder de o ato atingir 3ºs independentemente de sua vontade;
Móvel dos atos administrativos	É a vontade pessoal e psíquica que move o agente público na elaboração dos atos administrativos.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Controle de juridicidade (sindicabilidade)

🔍 Ex. (considerado errado): "o MÓVEL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS é a situação real que justifica a edição legítima do ato administrativo".

É a possibilidade, em caso de violação da razoabilidade e da proporcionalidade, de o Judiciário rever a conveniência e a oportunidade dos atos discricionários. Esse controle acarreta a nulidade do ato e nunca a sua revogação.

Atos de administradores de empresa estatal também podem ter natureza de ato administrativo.

🔍 Ex.: decisões que indeferem requerimento de informações sobre os serviços públicos prestados pela empresa.

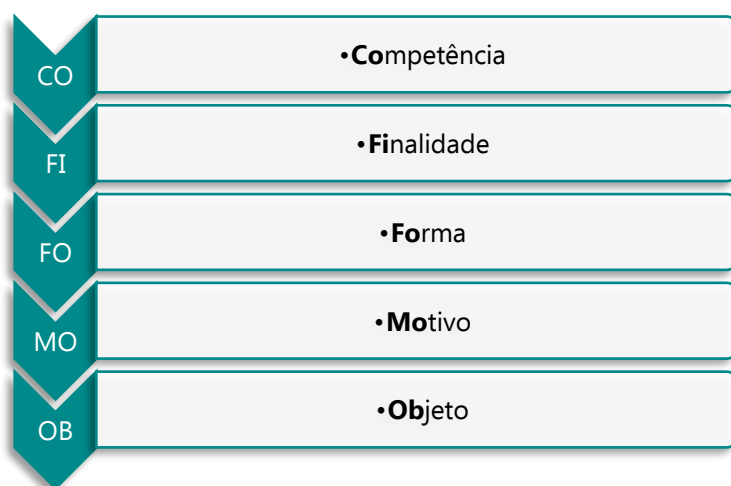


Tome nota!

Para a administração pública, temos os tipos de manifestações de vontade – ato unilateral e ato bilateral. O **ato unilateral** é emitido por uma única parte, enquanto o **ato bilateral** resulta do acordo e da vontade de duas partes.

2) Requisitos dos Atos Administrativos

São os chamados **requisitos de validade**. Requisitos que devem ser observados para que o ato seja válido. Requisitos que se não forem observados o ato será inválido. Por se tratar de um tema com grande relevância no concurso públicos, anote esse mnemônico: **CO – FI – FO – MO – OB** (Isso vai te salvar na hora da prova).



a) Competência

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A competência é o poder atribuído ao agente ocupante de cargo, emprego ou função pública para desempenhar suas atividades. Pode ser entendido como sujeito competente para a prática de atos administrativos.

Sujeito é a **pessoa** que possui **atribuição legal** para a prática do ato.

b) Finalidade

A finalidade está ligada ao **objetivo**, o qual, o interesse público pretende atingir. Todo ato administrativo é praticado necessariamente com um fim público. Além disso, é importante deixar claro que podem existir vícios na finalidade e esses vícios são chamados de desvio de finalidade ou desvio de poder.

Não se pode praticar o ato com fins privados, nem para beneficiar amigos e prejudicar inimigos. A finalidade que deve ser observada é aquela prevista em lei para o ato.

c) Forma

A forma é a manifestação do ato no mundo externo, ou seja, o jeito como o ato é praticado. Como regra, o ato é formal e escrito.

Motivação: representa a exteriorização / exposição / apresentação dos motivos. De maneira mais simples de explicar seria dizer que "a motivação é a demonstração dos motivos, seria coloca-los no papel".

d) Motivo

O motivo é a situação de direito ou de fato, o qual, autoriza a realização do ato administrativo. Além disso, o motivo pode ser um elemento vinculado, previsto em lei, ou discricionário, a critério do administrador.

No caso da vinculação o ato será praticado de acordo com as diretrizes legais, a lei descreverá exatamente como o ato deverá ser praticado e na discricionariedade, a lei traz diversos objetos e que serão escolhidos a critério do administrador.

Situação fática (fatos – o que aconteceu no caso concreto) e jurídica (o que está na lei) que justifica a prática do ato.

e) Objeto

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

O objeto, o qual, também pode ser chamado de conteúdo, é o efeito jurídico produzido pelo ato administrativo. Seria o que o ato enuncia, prescreve ou dispõe. São os **efeitos produzidos**. Trata-se do próprio ato.

🔍 Ex.: Demissão, exoneração.

Em resumo o objeto pode ser definido como: conteúdo, de efeito imediato, pode ser vinculado ou discricionário, lícito, possível e certo.

2.1) Teoria dos motivos determinantes

A Teoria dos motivos determinantes entende que uma vez motivado o ato, a **validade está vinculada aos motivos** que o fundamentam. Dessa maneira, se os motivos indicados não existirem, o ato será nulo. Portanto, os motivos alegados para prática do ato devem ser verdadeiros.

A Teoria se aplica aos atos discricionários ou vinculados e quando a motivação for ou não obrigatória.



Tome Nota!

Nem todo ato precisa ser motivado. 🔍 Ex.: exoneração do titular de um cargo em comissão. A motivação neste caso não é exigida, mas, se por acaso a motivação for feita, aplica-se esta teoria.

2.2) Discricionariedade

A **discricionariedade** no ato administrativo está presente nos elementos motivo e objeto. A competência, finalidade e forma são elementos vinculados, enquanto o motivo e o objeto podem ser vinculados ou discricionários.

2.3) Desvio de finalidade

Desvio de finalidade ocorre quando a autoridade competente pratica um ato administrativo visando fim diverso daquele previsto em lei ou exigido pelo interesse público. Ou seja, o ato é praticado com competência, forma, objeto e motivo válidos, mas com intenção incompatível com o seu objetivo legal.

Embora não esteja tipificado de forma explícita no Código como "desvio de finalidade", esse vício encontra respaldo no art. 2º, parágrafo único, da **Lei nº 4.717/1965 (Lei da Ação Popular)**: "É nulo o ato lesivo ao patrimônio público por desvio de finalidade."

Além disso, está intimamente ligado ao princípio da **moralidade administrativa** e ao **controle de legalidade e legitimidade dos atos**.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Tipo de vício	Explicação	O que compromete
Desvio de finalidade	O fim pretendido é pessoal ou alheio ao interesse público	Finalidade do ato
Excesso de poder	A autoridade extrapola os limites de sua competência legal	Competência
Inexistência de motivo	O motivo declarado não existiu ou é falso	Motivação/legitimidade

3) Classificações

Os atos administrativos podem ser classificados de várias formas, levando em consideração diferentes critérios.

3.1) Ato vinculado e discricionário

a) Ato vinculado

É aquele praticado pela Administração Pública **sem** qualquer **margem de liberdade** / escolha. Uma vez que os requisitos legais forem preenchidos a Administração é obrigada a praticar o ato nos exatos termos da lei. É praticado apenas no aspecto da legalidade.

🔍 Ex.: Licença para tratar da própria saúde.

b) Ato discricionário

É aquele em que o administrador tem **certa margem de escolha**. Escolha: análise do mérito administrativo (juízo de conveniência e oportunidade) – interesse público

A discricionariedade **jamais** é presumida. Ela está prevista na lei ou em conceitos jurídicos indeterminados (🔍 ex.: conduta escandalosa na repartição).

É praticado apenas no aspecto da legalidade. Mas, além disso, também deve ser observado o aspecto de mérito.

🔍 Ex.: Licença para tratar de interesses particulares

3.2) Atos gerais e individuais

a) Atos gerais

Os atos gerais ou normativos são aqueles que possuem destinatários indeterminados, ou seja, não sabemos as pessoas que serão atingidas por aquele ato.

Por possuir caráter genérico, atingem todos aqueles que se enquadrarem na situação descrita. Em resumo, possuem caráter normativo, natureza genérica e conteúdo abstrato.

🔍 Ex.: Decretos, instruções normativas, resoluções.

b) Atos individuais

Os atos individuais ou especiais são aqueles que possuem destinatários, certos, determinados, ou seja, sabemos quem serão os atingidos pelo ato.

Além disso podemos dizer que produzem efeitos nos casos concretos.

🔍 Ex.: Nomeação, demissão, licença.

3.3) Atos simples, complexo e composto

a) Ato simples

É aquele ato formado pela manifestação de vontade de um órgão, podendo ser unipessoal ou colegiado. O número de agentes que participa do ato não é relevante, desde que se trate de uma vontade unitária. Um ato simples poderá ser um despacho manifestando a vontade do colegiado de um órgão, por exemplo.

b) Ato complexo

É aquele formado pela manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, produzindo um ato.

🔍 Ex.: Aposentadoria (manifestação de vontade do órgão no qual a pessoa trabalha + manifestação de vontade do respectivo tribunal de contas = formam um único ato da aposentadoria).

c) Ato composto

É aquele formado pela manifestação de vontade de um órgão (ato principal).

Porém, é necessário a aprovação da vontade (ato acessório / instrumental), que é feita por outro órgão. Neste caso, há dois atos distintos, ou seja, um ato principal e um ato acessório.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

🔍 Ex.: Homologação.

Ato simples	Ato ou órgão unitário ou colegiado. 🔍 Ex.: exoneração de servidor
Ato composto	Dois atos, sendo um principal e outro acessório; o ato principal depende do acessório para a produção de efeitos. 🔍 Ex.: homologação.
Ato complexo	Manifestação de dois ou mais órgãos; único ato. 🔍 Ex.: Portaria interministerial.

3.4) Atos de império, gestão e expediente

a) Ato de império

Atos de império ou de autoridade são os praticados com prerrogativas e de uma autoridade e impostos de maneira unilateral e coercitiva ao particular, ou seja, não são de obediência facultativa.

b) Ato de gestão

É aquele ato que a administração pratica sem utilizar a sua supremacia, são atos praticados em situação de igualdade com os particulares.

c) Ato de expediente

São aqueles atos internos, que não possuem conteúdo decisório, apenas se destinam a dar andamento aos processos. Além disso, os atos de expediente não geram efeitos vinculantes nem possuem forma específica.

🔍 Ex.: Entrega de certidão, expedição de ofício.

3.5) Ato perfeito, válido e eficaz

a) Ato perfeito: É aquele que completou o seu ciclo de formação, ou seja, todas as etapas foram realizadas. Se o ato não completou o seu ciclo de formação ele será imperfeito.

b) Ato válido: É aquele que está em conformidade com o ordenamento jurídico (lei). Caso o ato não esteja de acordo com a lei ele será inválido.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

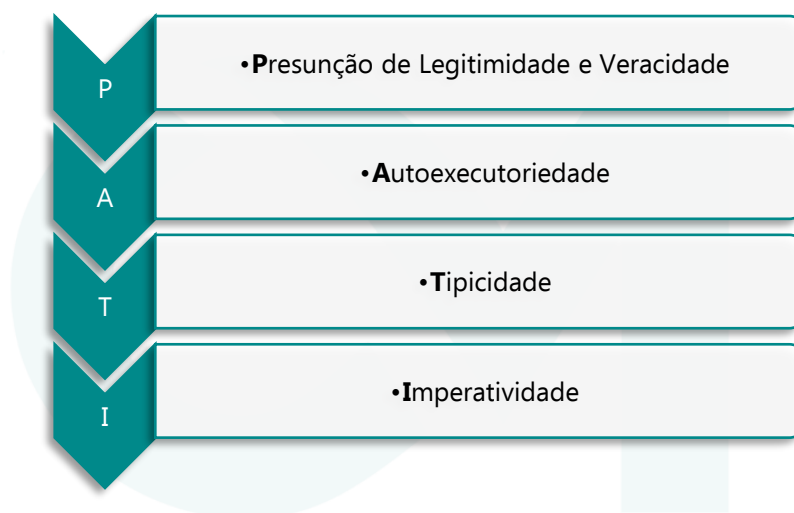
c) Ato eficaz: É aquele ato que está apto para produção de efeitos, é um ato que independe de evento posterior para produzir seus efeitos. Se o ato não está apto a produzir os seus efeitos ele será ineficaz.

4) Atributos dos atos administrativos

Os atributos ou características do ato administrativo são as peculiaridades que os fazem ser diferentes dos atos privados.

São atributos do ato administrativo a presunção de legalidade (legitimidade, veracidade); a imperatividade (coercibilidade ou poder extroverso); a autoexecutoriedade (executoriedade e exigibilidade); e a tipicidade.

Por se tratar de um tema com grande relevância no concurso públicos, anote esse mnemônico: **P – A – T – I** (Isso vai te salvar na hora da prova).



4.1) Presunção de legitimidade e veracidade

De acordo com esse atributo pressupõe-se que os atos estão de acordo com a lei, até que se prove o contrário, ou seja, são legítimos, legais, lícitos ou válidos.

Presunção de legitimidade: presume que o ato está de acordo com a lei.

Presunção de veracidade: presume que os fatos narrados são verdadeiros.

Obs. 1: Presunção universal: presente em todos os atos administrativos

Obs. 2: Presunção relativa: admite prova em contrário

Obs. 3: Ônus da prova é do destinatário do ato e não da administração pública.

4.2) Autoexecutoriedade

Atributo que permite a Administração Pública executar as suas decisões de forma direta, imediata. Sem necessidade de intervenção judicial, inclusive com o uso da força, caso seja necessário. A autoexecutoriedade existe em duas principais situações, quando estiver expressamente prevista em lei e quando se tratar de medida urgente (medida que deve ser adotada de imediato).

🔍 Ex.: Interdição de estabelecimento, apreensão de mercadorias, demolição de obra irregular.

Nem todo ato possui o atributo da autoexecutoriedade. As situações em que o ato administrativo não tem este atributo: cobrança de multa, tributos, desapropriação, servidão administrativa.

4.3) Tipicidade

Nem todo doutrinador entende que a tipicidade é um atributo. Esse atributo está presente na obra de Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Segundo a doutrinadora, tal atributo deve corresponder a figuras definidas em lei para que produzam resultados. Ou seja, a tipicidade exige que haja uma previsão legal do ato administrativo. Deve ser previsto em lei.

Em resumo a tipicidade é regida pelo princípio da legalidade. Todo ato administrativo unilateral possui esse atributo. Se for ato administrativo bilateral, há doutrina que diga que não possui esse atributo.

4.4) Imperatividade

É decorrente do poder de império / extroverso, ou seja, o poder público pode editar atos que estão relacionados a terceiros e não somente para o sujeito que o emitiu.

Como impõe obrigações a terceiros, os atos administrativos são impostos de forma unilateral pelo Estado independente da anuência (concordância) dos administrados.

Nem todo ato possui o atributo da imperatividade, como, por exemplo, os atos negociais.

5) Agente putativo e agente necessário

Os **agentes putativos** são sujeitos que desempenham uma atividade pública presumindo que seja legítima, mesmo que a investidura no cargo não tenha sido dentro do procedimento exigido. Já os **agentes necessários**, são aqueles que praticam atos em situações excepcionais, em emergências, por exemplo.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Agente putativo	Agente necessário
É aquele que está investido irregularmente. Ex.: entrou em exercício sem tomar posse e ninguém percebeu. Logo, não assinou a posse.	É aquele convocado em situações emergenciais. Ex.: bombeiro pede ajuda para cidadão ajudá-lo.

Os atos são válidos perante terceiros de boa-fé - Atos praticados: Estado responde

 **Tome Nota!**

Usurpador de função: fingindo ser agente público com uma finalidade ilícita. Os atos por ele praticados não são ilegais, mas inexistentes.

6) Extinção dos atos administrativos

A extinção é o desfazimento do ato administrativo. Retirada do ato do mundo jurídico. O ato deixa de existir. Poderá ser extinto das seguintes formas:

1) Anulação (invalidação)

A anulação também pode ser chamada de invalidação e é o desfazimento de um **ato ilegal** / inválido.

Critério de legalidade: verifica se o ato está em conformidade com a lei.

Pode ser decretada pela **própria administração** (autotutela) – de ofício ou a requerimento. Mas como a lei foi violada, o ato também pode ser anulado pelo Poder Judiciário, que deverá ser provocado (princípio da inércia).

A anulação poderá incidir tanto em atos vinculados quanto discricionários – não olha o mérito, apenas os aspectos de sua legalidade.

A anulação possui efeitos retroativos – retroage a data da prática do ato. Trata-se do efeito "ex tunc".

Qual o prazo que a administração pública tem para anular seus atos?

Prazo decadencial de **5 anos**, quando o destinatário estiver de boa-fé. Caso esteja de má-fé, a anulação do ato poderá ser feita a qualquer momento.

II) Revogação

O ato é válido. **Não há ilegalidade**, pois foi praticado conforme a lei. No entanto, a administração pública fez o juízo de conveniência e oportunidade e verifica que o ato não coaduna mais com o interesse público.

Critério de mérito: a administração faz a análise do **mérito administrativo**.

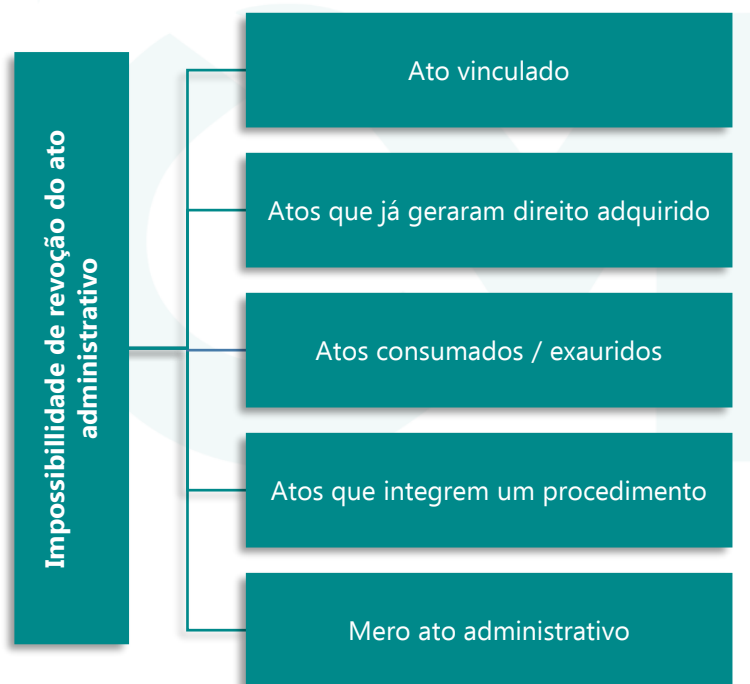
Decretada apenas pela própria Administração Pública (autotutela – controle dos próprios atos)

A revogação apenas incide sobre os atos discricionários.

A revogação possui efeitos não retroativos (prospectivos). Trata-se do efeito “ex nunc”.

Qual o prazo que a administração pública tem para revogar seus atos?

A revogação poderá ser feita a **qualquer momento**.



O Poder Judiciário **não revoga ato dos outros**. Mas revoga seus próprios atos quando atua em sua função administrativa.

III) Cassação

Trata-se de uma penalidade, aplicada em razão do descumprimento de alguma condição.

🔍 Ex.: Licença para construir que descumpra alguma regra.

IV) Caducidade

Ocorre quando o ato é **incompatível** com a nova legislação.

🔍 Ex.: tinha licença para jogar entulho no terreno, vem nova lei proibindo tal prática.

É diferente da caducidade dos serviços públicos.

V) Contraposição

Ato novo com efeitos contrapostos (opostos)

🔍 Ex.: a nomeação chama e a exoneração "deschama".

EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	
Anulação	Illegal
Revogação	Interesse público
Cassação	Penalidade
Caducidade	Incompatível com lei nova
Contraposição	Ato novo oposto

7) Convalidação

A **convalidação** dos atos administrativos refere-se ao processo pelo qual a Administração Pública, reconhecendo a existência de um vício ou irregularidade em um ato que praticou, busca corrigi-lo, conferindo-lhe validade e eficácia. Os seus efeitos são **retroativos** – "ex tunc", ou seja, sana o vício desde sua origem.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



Ao Poder Judiciário cabe anular atos administrativos ilegais e não a sua convalidação.

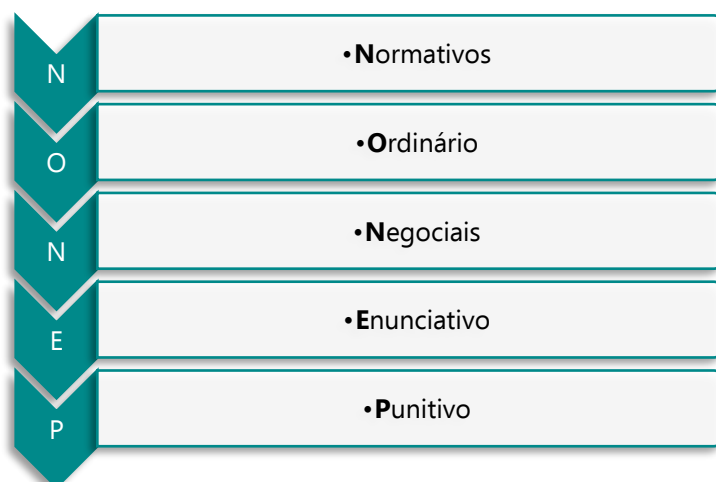
Tome Nota!

Como regra, se o vício for no elemento competência (**salvo** competência exclusiva, que não pode ser delegada, e competência em razão da matéria) ou na forma (**salvo** se a forma for essencial à validade do ato) poderá ser convalidado.

“FoCo na convalidação”.

8) Espécies de Atos Administrativos

Os atos administrativos podem ser categorizados em diversas espécies, levando em conta suas características e finalidades específicas. Por se tratar de um tema com grande relevância no concurso públicos, anote esse mnemônico: **N - O - N - E - P** (Isso vai te salvar na hora da prova).



→ **Normativos:** Atos gerais (destinatários indeterminados – caráter genérico e abstrato)

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

🔍 Ex.: Resolução, Decreto, Regulamentos, Regimentos

→ **Ordinário:** Atos internos (ordens que a administração pública profere para ser órgãos e servidores subordinados. Decorre do poder hierárquico. Aqueles que disciplinam o funcionamento da Administração Pública, incluindo as condutas dos seus agentes.

🔍 Ex.: ordens de serviço, memorando, circulares internas, instruções, avisos, portaria.

→ **Negociais:** São casos em que o particular precisa da anuência da administração pública. Não são imperativos, coercitivos, autoexecutórios.

🔍 Ex.: Licenças, autorizações, permissões, homologação, visto.

→ **Enunciativo:** É aquele ato que não representa uma manifestação de vontade propriamente dita. A administração pública simplesmente emite uma opinião (juízo de valor). Apenas declara uma situação.

🔍 Ex.: atestado, parecer, certidão, apostila. Externam ou declaram uma situação existente em registros, processo ou arquivos públicos sem qualquer manifestação de vontade original da Administração).

→ **Punitivo:** Tem o objetivo de punir a prática de infrações administrativas. Pode estar punindo um servidor, particular ou particular com vínculo.


Parabéns por ter chegado até aqui.

Não perca essa oportunidade de ter acesso a esse material completo.

Faça sua parte nos estudos e estude de forma estratégica para esse certame, pois isso aumentará muito as suas chances de ser aprovado.

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A hand holding a lightbulb with a globe inside, next to a stack of books and a graduation cap. The background is a chalkboard with faint mathematical formulas.

O estudo é a jornada que **transforma esforço em conhecimento e sonhos em realizações.**

Persista, pois cada página virada é um passo mais próximo do seu sucesso!

CM Cursos Online

Bora para cima!

